



**ACÓRDÃO Nº370/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11690/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jorge Martins Sobrinho (Ordenador de Despesa), Messias Dantas Ferreira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5.427/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Caapiranga. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Messias Dantas Ferreira**, ordenador de despesas da Câmara Municipal de Caapiranga, exercício 2019, no período de 01/01/2019 a 23/06/2019, com fulcro no art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão da seguinte impropriedade não sanada: ausência de ato administrativo designando servidor para acompanhamento da execução do Contrato nº 01/2019 (NE0014/2019), em desrespeito ao art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Jorge Martins Sobrinho**, ordenador de despesas da Câmara Municipal de Caapiranga, exercício 2019, no período de 24/06/2019 a 31/12/2019, com fulcro no art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades: (i) descumprimento do prazo e/ou ausência de envio ao sistema E-CONTAS do Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro semestre, em desatendimento ao art. 32, inciso II, alínea "h", da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM; (ii) descumprimento do prazo de publicação do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro e segundo semestres, em inobservância ao art. 55, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; (iii) ausência de dados como



**ACÓRDÃO Nº370/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

localização, valores e nº. das Notas Fiscais no livro de tombamento dos bens adquiridos no exercício de 2019, no valor de RS 3.200,00, conforme Demonstrativo das Despesas Autorizadas com as Realizadas, em descumprimento ao art. 94 e 96, ambos da Lei n. 4320/1967; (iv) ausência de atos administrativos de servidores para acompanhamento da execução dos contratos 02/2019 e 03/2019, em desrespeito ao art. 67 da Lei nº 8.666/93;

- 10.3. Aplicar multa ao Sr. Messias Dantas Ferreira no valor de R\$1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão da ausência de ato administrativo designando servidor para acompanhamento da execução do Contrato nº. 01/2019 (NE0014/2019), em desrespeito ao art. 67 da Lei nº 8.666/9 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar multa ao Sr. Jorge Martins Sobrinho no valor de R\$6.827,20** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), com fulcro no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades não sanadas: (i) descumprimento do prazo e/ou ausência de envio ao sistema E-CONTAS do Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro semestre, em desatendimento ao art. 32, inciso II, alínea “h”, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM; (ii) descumprimento do prazo de publicação do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro e segundo semestres, em inobservância ao art. 55, §2º, da



**ACÓRDÃO Nº370/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Lei de Responsabilidade Fiscal; (iii) ausência de dados como localização, valores e nº. das Notas Fiscais no livro de tombamento dos bens adquiridos no exercício de 2019, no valor de R\$ 3.200,00, conforme Demonstrativo das Despesas Autorizadas com as Realizadas, em descumprimento ao art. 94 e 96, ambos da Lei n. 4320/1967; (iv) ausência de atos administrativos de servidores para acompanhamento da execução dos contratos 02/2019 e 03/2019, em desrespeito ao art. 67 da Lei nº 8.666/93 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Dar ciência ao Sr. Messias Dantas Ferreira e ao Sr. Jorge Martins Sobrinho**, este último por meio de seu causídico constituído nos autos.

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 7 de março de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº370/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral